

Alberto, “O retrato dos pais” in *Contos de Oitocentos*, Porto, Fronteira do Caos, 2006, pp. 221-234; BRAGA, Mário, *Nevoeiro. Caminhos sem Sol*, Lisboa, Escritor Lda, 1996; BRANCO, Camilo Castelo, *Novelas do Minho*, 8.ª ed., 1.º vol., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1971; CARVALHO, J. Rentes de, *O Rebate*, Lisboa, Quetzal, 2012; COELHO, Trindade, *Os Meus Amores*, Lisboa, Ulisseia/Verbo, 2005; COLAÇO, António, *Amor numa Cama de Cardos*, Lisboa, Margem, 1990; CORREIA, João Araújo, *Contos e Novelas: Folhas de Xisto*, 2.º vol., Lisboa, INCM, 2008; DINIS, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992; FERREIRA, Vergílio, *Contos*, 4.ª ed., Venda Nova, Bertrand, 1991; FICALHO, Conde de, “A maluca d’a dos corvos” in *Antologia do Conto Realista e Naturalista*, Porto, Campo das Letras, 2000, pp. 201-207; FONSECA, Manuel da, *Aldeia Nova*, 2.ª ed., Lisboa, Inquérito, 1944; HERCULANO, Alexandre, *Pároco de Aldeia; o Galego*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986; KOMRIJ, Gerrit, *Atrás dos Montes*, Porto, ASA, 1997; *Id.*, *Um Almoço de Negócios em Sintra*, Porto, ASA, 1999; LISBOA, Irene, *Crónicas da Serra – Obras de Irene Lisboa*, 2.ª ed., 7.º vol., Lisboa, Presença, 1997; MOUTINHO, José Viale, *Romanceiro da Terra Morta*, Lisboa, Caminho, 1988; NAMORA, Fernando, *Retalhos da Vida de Um Médico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1975; ORTIGÃO, Ramalho, *Contos e Páginas Dispersas*, Lisboa, Livraria Clássica, 1945; PATRICÍO, Tiago, *Trás-os-Montes*, Lisboa, Gradiva, 2012; PEIXOTO, José Luís, *Morreste-me*, 2.ª ed., Lisboa, Temas e Debates, 2001; *Id.*, *Cal*, 2.ª ed., Lisboa, Bertrand, 2008; *Id.*, *Livro*, Lisboa, Quetzal, 2010; QUEIROZ, Eça de, *A Cidade e as Serras*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1980; TAVARES, Miguel Sousa, *Madrugada Suja*, Lisboa, Clube do Autor, 2013; TORGA, Miguel, *Vindima: Romance*, s.l., s.n., 1945; *Id.*, *Contos*, 5.ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 2009.

VERA ROCHA PRESCOTT

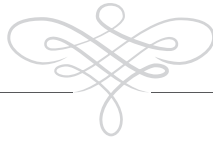


Antipatriotismo

O termo “patriotismo” é derivado de “patriota”, que provém de “pátria”, cultismo do latim “patria”. Este vocábulo latino provém de “pater” (“pai”).

“Patriotismo” aparece abonado no *Grande Dicionário Português*, de Domingos Vieira, com a significação de amor, zelo do bem da pátria, encontrando-se neste dicionário novecentista o termo “pátria” provido do significado de “Lugar, cidade ou país em que alguém nasce”. Já em latim “patria” detinha a mesma significação, sendo de relevar o peso semântico da figura masculina na ligação de gênese com a terra natal.

De acordo com o *Dicionário Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, a primeira língua românica a tomar o termo latino “pátria” como cultismo deverá ter sido o italiano, pois já Dante o usara. Segundo os autores do dicionário, em castelhano, o termo já é utilizado em 1440. Já na língua portuguesa o termo “patriota” encontra-se registado em Bento Pereira, na obra *Prosodia in Vocabularium Bilingue, Latinum, et Lusitanum Digesta*, com a significação de “natural da mesma pátria, da mesma terra; ou da mesma tribo”. O termo “patriotismo” foi já usado por António Nunes Ribeiro Sanches, em 1760. Em inglês, o termo “patriotismo” já se encontra abonado em 1755 no *Dictionary of the English Language* de Samuel Johnson. Não reside, pois, em múltiplas ou forjadas etimologias o valor semântico do termo. Mesmo reconhecendo um processo evolutivo semântico similar em várias línguas europeias, com o redimensionamento da escala, que passa da terra natal



à dimensão do Estado, o termo continuará sempre a remeter para o sentido primordial, em jogo com as noções de país e nação. Aliás, nele surpreendemos a invocação a uma paternidade simbólica de uma terra natal, processo de longa duração que começa desde cedo, em suportes discursivos diversos, cristalizado no amor pelas *patriae* – o sentido plural das terras e cidades, de pequena escala, de uma região –, patente na poesia aristocrática dos sécs. V e VI, e que vem até à contemporaneidade, postulando uma atitude afetiva e moral de compromisso para com o país. O termo é, assim, progressivamente apropriado e instalado como referente do léxico político e jurídico, ajudando a construir a história das ideias, dos conceitos e dos dinamismos sociais, decurso incontornável que permite compreender a sua antítese natural – o antipatriotismo.

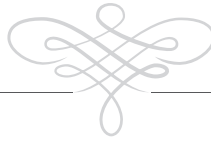
O conceito e a sua prolixidade semântica estão, naturalmente, carregados de um espesso conteúdo emocional e radicados em sólidas bases civilizacionais e culturais. Na verdade, a fixação do seu substrato cívico-político é precedida de uma intensa cristalização cristã e eclesial. À figura central, fundadora e tutelar de Deus e do seu Filho incarnado, Jesus, o cristianismo apõe o verbo, consubstanciado na palavra maior que os textos bíblicos nos transmitem, norte da vivência milenar europeia. No Decálogo, o quinto mandamento dado ao povo de Israel manda “honrar o teu pai e a tua mãe, como te ordenou o Senhor, teu Deus, a fim de prolongares os teus dias, viveres feliz na terra que o Senhor teu Deus te há de dar” (Dt, 5, 16) – projeção do liame inelutável entre o destino fraterno, amoroso e ético da humanidade e a sua geografia de vida. De tal forma a imagem é integradora e persistente que no *Compendio e Sumario de Confessores* da Ordem de S. Francisco, em 1567, escreviam-se estas significativas palavras: “Primeiramente é

de notar, que por país se entendem em este mandamento, principalmente aqueles que nos geraram: e os parentes, a pátria, e amigos dela que nos conservam. E secundariamente os governadores eclesiásticos, e seculares, e os que têm cuidado de nós outros, como são os Tutores, Curadores, Mestres e aios” (ALBUQUERQUE, 1974, 117-118). Para quem não respeitasse ou desejasse algum mal a qualquer destas instâncias, a penitência imposta era a mesma de pecado mortal.

Podemos, pois, nesta base fundadora, perceber duas dimensões que se cruzam e complementam na formação e fixação deste conceito. Em primeiro, o peso intrínseco e a persistência de uma semântica da relação pátria-terra, como lugar de nascimento ou terra natural, em processos discursivos que, ora aliam, pelo valor, a pátria divina à pátria terrestre, ora concebem esta (nas múltiplas entidades territoriais) como último reduto da caracterização dos sujeitos. Disso é exemplo o patriotismo transcultural que Cervantes regista no seu *Don Quijote* e que

Don Quijote, de Pablo Picasso (1881-1973).



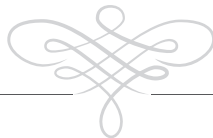


se revela nas palavras de um mourisco acerca da sua Espanha natal. Não cabendo aqui a discussão sobre a convivência com os termos “nação”/“nacionalismo”, nem sequer a verificação das teses sobre a existência do sentimento patriótico em épocas anteriores à Modernidade, certo é que a intensidade e a escala de um sentido de pertença aparece, ao longo de séculos, indissociável deste conceito. De tal forma que sobre este substrato ideológico, paralelo ao de “naturalidade”, se constrói, paulatinamente, a figura institucional do Estado – no caso português, com avantajada precocidade, pois já em 1106 o conde D. Henrique se intitula “Portugalensium patrie princeps” (*Id.*, *Ibid.*, 99-101). Esse sentido territorial do termo, diríamos mais objetivo, perpetua-se e acentua-se em diversos momentos da história da civilização europeia, nomeadamente nos momentos em que a oposição entre reinos/Estados se encontra mais acesa. Também aqui, o caso português da Restauração (1640-1668) revela bem esta tendência, nomeadamente através dos textos e da panfletária que sugerem este constante papel de defesa da pátria, no sentido da terra, a par do reino (nação) e do rei, terrenos férteis para o enraizamento da dimensão emocional e afetiva do conceito.

Em segundo, revela-se uma noção positiva que repousa mais nos sentimentos, na sensibilidade, nas convicções e nas devoções do que nas instituições, ao ponto de podermos referenciar a existência de uma “fé patriótica”. Esta é uma conceção formada em processo de longa duração, que apenas se torna problemático quando pontualmente afrontado pelo “outro” estrangeiro e/ou inimigo, e que apenas denuncia sinais de falência após a Segunda Grande Guerra e os processos de descolonização, pois deixa de cristalizar os laços que ligam os sujeitos ao seu

país de origem. Para essa formação contribuiu um conjunto de aspetos como a relação do passado com a memória, a construção das identidades e a gênese e desenvolvimento da nação e da consciência nacional. Destacamos o valor em presença das identidades comuns, que ultrapassam a dimensão da “natio” (no sentido que a palavra adquire a partir dos sécs. XIII-XIV) e se cristalizam em “arquivos” memoriais mais amplos em termos de escala e de tempo. É o caso da identidade cristalizada no termo “patria communis”, que permite perceber uma continuidade, mas não a única, entre o Império Romano e o ideal manifestado na extensa *christianitas*. No caso da península Ibérica, afirma-se definitivamente a existência de uma pluralidade de poderes e o seu progressivo confronto, no sentido da afirmação da autoridade real e da separação entre a figura do rei e o reino, como entidades dotadas de autonomia e legitimidade próprias. Como duas consequências imediatas temos, por um lado, a ideia de historicidade da própria noção de identidade; por outro, a noção de que será mais correto, para esta época, admitir a coexistência de vários graus e estruturas identitárias.

Apontemos, sinteticamente, alguns aspetos de continuidade e de rutura fundamentais: i) a necessária consciência de comunidade, no caso português, facilitada pelo confronto com o outro/mouro, desempenhando o rei cristão, como chefe dos vassalos e através do processo de reconquista, um papel muito ativo nesta difusão do sentimento de unidade e de pertença – decurso com nova ênfase a partir da segunda metade do séc. xv na divulgação e legitimação de conteúdos identitários face aos outros interesses europeus na expansão, mas também na afirmação do confronto com o outro/étnico; ii) a importância dos fa-



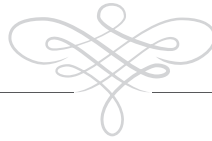
tores políticos e territoriais na formação da nacionalidade, com as fronteiras estabelecidas desde os finais do séc. XIII, necessariamente com repercussões no discurso historiográfico e na simbólica adotada; iii) os públicos recetores deste discurso e desta simbólica situavam-se, numa primeira fase, perto dos respetivos produtores (ou coincidiam mesmo), sendo, no caso do rei, os oficiais, a corte e os grupos de apoio (certas camadas do clero e da nobreza, *e.g.*) –, posteriormente, com o alargamento dos públicos e das novas formas de divulgação (mormente através da tecnologia da imprensa), o tema assume contornos diferentes na sua configuração e na sua expressão (segunda metade do séc. XV e primeira metade do séc. XVI); iv) a difusão do conceito de vassalo “natural”, a partir do séc. XIII; v) a progressiva associação da carga política de alguns dos elementos da simbólica e do discurso historiográfico com a dimensão cultural, em épocas em que a estratégia de poder já impunha outras necessidades; vi) a prolongada manutenção da divisa de Cícero, no imaginário político e na discussão jurídica dos Estados europeus – “mecum patria, quae mihi vita mea multo est carior [a pátria é para mim mais importante que a minha vida]” (KANTOROWICZ, 1951, 473) –, traduzida na alocução “Pro patria mori” (MATTOSO, 1998, 29-30).

Todos estes fatores conduziram a um enraizamento secular que remete para a nossa incontornável condição política e social, formatando a leitura da realidade europeia e deixando pouco espaço para acautelar outras formas de entendimento da vida em comum. Nesse sentido, o antipatriotismo vai eclodindo, pontualmente, em forma e conteúdo, de início sem aporte linguístico, mas com vincada certeza da sua dimensão profunda e vigorosa, misto de sentimentos e de ações – promovendo



D. Filipa de Vilhena Armando os Filhos Cavaleiros (1801), de Vieira Portuense.

a repulsa, marginalização e exclusão de todos os que têm iniciativas contra a terra ancestral. Alforge imenso onde cabe todo o tipo de manifestações, estendidas no tempo e do mais variado teor, e protagonizadas por todos aqueles que se opõem aos agentes de poder, ao comum exercício das práticas institucionais e aos detentores dos aparelhos simbólicos. Por essa condição, recolhe essencialmente à dimensão interna de um país e/ou nação. O antipatriotismo é, pois, vivificado e conformado em situações tão díspares e diversas como a luta dos cavaleiros medievais contra a própria pátria, rotulada de pecado por João de Deus, numa altura em que o contexto económico, político e familiar resultava numa prática mercenária em larga escala; ou no pensamento político e jurídico humanista do séc. XVI, tecendo a sua essência pelo expressivo valor da justificação com que o filho podia matar o pai em nome da pátria, concluindo-se da penalização que redundasse, em determinada situação, o acatamento do oposto à ação eticamente prevista; ou ainda pela intensa luta interna que opõe os diversos movimentos e fações políticas



ao longo do séc. XIX, na qual, com frequência, os termos “antipatriotismo” e “antipatriota” passam a estar na ordem regular e frequente do discurso dos diversos intervenientes. Na verdade, como demonstrámos, o conceito encontra-se solidamente fixado na tessitura do seu antípoda – patriotismo –, assumindo este uma dimensão de profundo significado identitário que se revela, por si só, portador de sentido anti.

Por fim, o antipatriotismo como conceito contemporâneo, apoiado nos movimentos ideológicos e filosóficos que nascem no Iluminismo setecentista e no cientismo oitocentista, assume-se como dinamizador e aglutinador de dinamismos também eles políticos, ideológicos e sociais que remetem para outros planos da nossa condição comunitária. Tais movimentos pontuam duras críticas à sustentação patriótica e nacional no estatuto pessoal e cívico dos sujeitos, configurando teorias anarquistas e/ou apátridas e insistindo na vocação planetária do cidadão (“cidadão do mundo”). Defendem, assim, que nenhum indivíduo deverá estar ligado, por obrigação, a um país de origem. Os grupos que aderem a tal tese apostam, paradoxalmente, na dimensão ideológica e racional, esquecendo a dificuldade em vencer e repor uma condição perpetuada pela longa duração da diacronia e pela força do ímpeto sentimental e emocional que sustenta a dimensão do patriotismo.

Bibliog.: ALBUQUERQUE, Martim, *A Consciência Nacional Portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas*, Lisboa, s.n., 1974; ANDERSON, Benedict, *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 2005; BURGUIÈRE, André, e REVEL, Jacques (coords.), *Histoire de la France*, Paris, Seuil, 2000; COROMINAS, Joan, e PASCUAL, Duarte, *Diccionario Crítico Etimo-*

lógico Castellano e Hispánico, 3.^a reimpr., Madrid, Gredos, 1991; GEARY, Patrick J., *O Mito das Nações. A Invenção do Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 2008; GELLNER, Ernest, *Nations and Nationalism*, London, John Wiley and Sons, 2006; GODINHO, Vitorino Magalhães, *Portugal: a Emergência de Uma Nação*, Lisboa, Colibri/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004; HERMET, Guy, *História das Nações e do Nacionalismo na Europa*, Lisboa, Estampa, 1996; HOBBSBAWM, Eric, *A Questão do Nacionalismo. Nações e Nacionalismo desde 1780*, Lisboa, Terramar, 2004; JOHNSON, Samuel, *A Dictionary of the English Language: in Which the Words Are Deduc'd from Their Originals, and Illustrated in Their Different Significations by Examples*, London, J. & P. Knapton, 1755; KANTOROWICZ, Ernst, “Pro patria mori”, *American Historical Review*, vol. 56, n.º 3, 1951, pp. 472-492; MATTOSO, José, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Mário Soares/Gradiva, 1998; PEIREIRA, Bento, *Prosodia in Vocabularium Bilingue, Latinum, et Lusitanum Digesta*, Eborae, Typ. Academiae, 1697; SANCHES, António Nunes, *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, Colonia, s.n., 1760; SMITH, Anthony, *Nacionalismo*, Lisboa, Teorema, 2006; SOBRAL, José Manuel, *Portugal e os Portugueses: Uma Identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012; TORRAL, Luís Reis, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, 2 vols., Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981-82; VIEIRA, Domingos, *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Lingoa Portugueza*, 5 vols., Porto, Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1871-74.

ORLANDO MIGUEL GAMA
ALEXANDRA SOARES RODRIGUES

